

Transformação do entorno do Rio Pinheiros regulamentado em São Paulo

Norma detalha procedimentos para o licenciamento de edificações na região

A Prefeitura de São Paulo publicou nesta quarta-feira (11), no Diário Oficial da Cidade, o Decreto nº 65.001/2026, que regulamenta a Área de Intervenção Urbana do Arco Pinheiros. A nova norma detalha procedimentos e parâmetros já previstos em lei, com o objetivo de facilitar sua aplicação nos processos de licenciamento de edifícios na região. Confira aqui o decreto na íntegra.

O plano urbanístico, coordenado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) e pela São Paulo Urbanismo, tem como objetivo transformar o entorno do Rio Pinheiros, na Zona Oeste da capital, em um território mais inclusivo, conectado e inovador. Para isso, estão previstas diversas ações voltadas ao desenvolvimento urbanístico e social dos distritos do Butantã, Lapa, Jaguaré e Vila Leopoldina.

O decreto não altera as diretrizes estabelecidas na legislação,

mas explicita regras e procedimentos para reduzir dúvidas e conferir maior segurança técnica aos processos de aprovação de projetos edilícios na região. A medida contribui para tornar mais ágil a análise de empreendimentos, beneficiando tanto a administração pública quanto os profissionais e empresas que atuam no território.

A norma reforça a aplicação das regras específicas do PIU Arco Pinheiros em articulação com o Plano Diretor Estratégico (PDE) e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), esclarecendo a prevalência da legislação específica da AIU quando houver disciplina própria e a aplicação complementar da legislação geral nos demais casos.

O decreto autoriza ainda a Prefeitura a captar recursos para melhorias públicas por meio da alienação de potencial construtivo adicional. Isso ocorrerá por

duas vias principais: o pagamento direto da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e a realização de leilões para antecipação de recursos vinculados a projetos específicos.

Todos os valores arrecadados no perímetro do Arco Pinheiros serão destinados a uma conta segregada no Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), garantindo que os investimentos retornem para obras de infraestrutura, mobilidade e habitação na própria região.

O texto estabelece ainda que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) e a São Paulo Urbanismo serão responsáveis pela elaboração dos Planos de Ação Integrada, que irão detalhar custos, cronogramas e metas de cada intervenção pública.

O decreto também reforça que o desenvolvimento da área contará com um Conselho Gestor paritário, garantindo a par-

ticipação da sociedade civil e de entidades setoriais no monitoramento das intervenções e na definição de prioridades anuais.

O Arco Pinheiros abrange cerca de 15 milhões de m², sendo uma área estratégica que conecta municípios da região metropolitana de São Paulo. Localizado no encontro dos rios Pinheiros e Tietê, o território é servido por grandes rodovias, como Anhanguera/Bandeirantes, Presidente Castelo Branco e Raposo Tavares, e abriga instituições relevantes como a CEAGESP, a Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM-SP).

Com aproximadamente 50% de seu território composto por terras subutilizadas, muitas delas antigas áreas industriais, o plano urbanístico estabelece diretrizes para transformar a região. Entre as premissas estão o adensamento populacional e construtivo, especialmente para atendimento

da população mais vulnerável, o fomento à mobilidade e o incentivo à produção tecnológica. A expectativa é elevar a população local de 46 mil para 116 mil pessoas nos próximos 30 anos.

Um dos pilares da AIU do Arco Pinheiros é moradia popular. Atualmente, cerca de 12.500 famílias vivem em condições precárias na região, e pelo menos 35% dos recursos arrecadados pelo plano urbanístico serão destinados à construção de Habitação de Interesse Social (HIS), urbanização e regularização fundiária. O objetivo é atender com moradia digna a população que já vive no local.

O plano urbanístico também busca melhorar a acessibilidade e mobilidade da região, com foco no transporte coletivo e não motorizado. Neste sentido, são previstas a construção de pontes sobre o Rio Pinheiros, novos corredores de ônibus, ciclovias, ciclopassarelas e abertura de novas vias.



A nova norma detalha procedimentos e parâmetros já previstos em lei

SP entrega 200 novas ambulâncias e vans para serviços municipais de saúde

O Governo de São Paulo entregou nesta quinta-feira (12), em Itu, os primeiros 200 novos veículos para reforçar o transporte de pacientes na rede pública de saúde em cidades paulistas. A iniciativa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) contemplará os 645 municípios do estado para ampliação do acesso a atendimentos e fortalecimento da estrutura de transporte sanitário para a população.

“Vínhamos detectando essa demanda com os municípios, incluindo os menores, que precisam fazer o transporte de pacientes e não têm o equipamento adequado para levá-los para a hemodiálise, por exemplo. Ou ainda para pacientes que precisam passar por sessões de quimioterapia e radioterapia e não têm van à

disposição. Essa foi a prioridade e o critério para esta entrega. Fizemos a primeira rodada com 200 veículos e acabamos de autorizar mais R\$ 55 milhões para entregarmos outros 200”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

Durante o evento, o governo também autorizou a doação de um terreno para a construção do primeiro hospital oncológico da região, em parceria com a Fundação Amaral Carvalho e a Prefeitura de Itu, destinado à construção do primeiro hospital oncológico da região.

A primeira frota será composta por 80 ambulâncias e 120 vans destinadas ao deslocamento de pacientes para consultas, exames e tratamentos. O investimento nesta etapa é de R\$ 53 milhões. A entrega dos demais veículos



Primeira etapa contempla 200 cidades com 80 ambulâncias

aos municípios está prevista para ocorrer ainda neste semestre.

Participaram da cerimônia o secretário de Estado da Saúde, Eleuses Paiva, prefeitos e representantes das cidades contempla-

das, além de outras autoridades.

“Todos os municípios passarão a contar com veículos novos, garantindo mais segurança e agilidade no transporte sanitário de pacientes. É um passo impor-

ante para aproximar os serviços de saúde da população e facilitar o acesso aos serviços de saúde. A futura unidade oncológica em Itu também segue esse propósito, ampliando a oferta de tratamento especializado e reduzindo a distância que muitos pacientes percorrem em busca de cuidado”, explicou o secretário de Estado da Saúde, Eleuses Paiva.

As ambulâncias e vans entregues pelo Governo de São Paulo contam com estrutura moderna para garantir mais segurança, conforto e eficiência no transporte de pacientes. Os veículos são zero quilômetro, com motorização a diesel, sistemas de freios ABS e direção assistida, além de climatização completa tanto na cabine quanto no compartimento de passageiros.

João Valério/Governo do Estado de SP